

COLETA DE PREÇOS № 003/2019

O Serviço Social Autônomo ASSOCIAÇÃO DAS PIONEIRAS SOCIAIS - Rede SARAH de Hospitais de Reabilitação torna público que realizará Seleção de Fornecedores, na modalidade COLETA DE PREÇOS, de acordo com o Regulamento de Compras e Contratações da APS, publicado no DOU de 22/11/2018, aplicando-se subsidiariamente, as disposições do Código Civil Brasileiro, com a finalidade de contratar empresa especializada em serviços de segurança do trabalho a fim de elaborar Laudo Técnico de Insalubridade e Periculosidade — LTIP para atendimento das Unidades da Rede Sarah localizadas em Brasília-Asa Sul, Brasília-Lago Norte, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Macapá, Belém, Fortaleza, São Luís e Salvador, conforme condições indicadas neste Edital e Termo de Referência e seus anexos.

1. DO OBJETO

1.1. Este Edital tem por objeto a seleção e contratação de empresa especializada na prestação de serviços de engenharia de segurança do trabalho e/ou medicina do trabalho a fim de elaborar Laudo Técnico de Insalubridade e Periculosidade – LTIP, que será realizado nas Unidades da Rede SARAH, em suas dependências e considerando todos os cargos e funções de trabalho.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1.A presente **COLETA DE PREÇOS** é regida pelo Regulamento de Compras e Contratações da APS, publicada no DOU de 22/11/2018, com aplicação subsidiária do Código Civil Brasileiro e especificações seguintes.

3. DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DO EDITAL

3.1. Integram o presente edital, como partes indissociáveis, os anexos abaixo relacionados:

Anexo I - Especificação dos Serviços;

Anexo II - Termo de Referência e seus anexos;

Anexo III - Ficha de Informações Cadastrais;

Anexo IV - Minuta de Contratos e seus anexos.

4. DA PARTICIPAÇÃO

- **4.1.**Poderão participar desta **COLETA DE PREÇOS** as empresas interessadas que atuem em ramo de atividade compatível com o objeto do Edital e que satisfaçam as condições de habilitação enumeradas neste Edital.
- **4.2.**É vedada a participação de sociedades empresárias que se enquadrem numa das seguintes condições:
 - a) Estrangeira não autorizada a funcionar no País;
 - b) Cujo objeto social não seja compatível com o objeto deste Edital;
 - c) Que se encontre em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução, liquidação, ou sob outra forma de concurso de credores;
 - d) Em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;







- e) Que tenha sido penalizada com a sanção de suspensão de participação em seleção de contratantes e impedimento de contratar com a APS;
- f) Que tenha sido declarada inidônea por órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal;
- g) Que tenha sido condenada por improbidade, nos termos da Lei nº 8.429/1992 Lei de Improbidade Administrativa;
- h) Integrante de um mesmo grupo econômico, assim entendido aquelas sociedades empresárias que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, qualquer que seja sua forma de constituição, ou que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou, ainda, que se utilizem de recursos materiais ou humanos em comum;
- Que empregue familiar de funcionário da APS, que exerça cargo de direção, ou cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação. Considera-se familiar o cônjuge, o companheiro, ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau; e
- j) Cujo sócio ou administrador tenha rompido seu vínculo com a APS há menos de 6 (seis) meses.
- k) Para fins de comprovação das vedações contidas nas letras "i" e "j", o proponente deverá apresentar no envelope dos documentos de habilitação, declaração expressa de que não está incluido em nenhuma dessas vedações, sendo da sua total responsabilidade a veracidade das informações.

4.3.DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

- **4.3.1.** A participação na presente COLETA DE PREÇOS prevê obrigatoriamente que as empresas participantes apresentem suas propostas e demais documentos em 02 (dois) envelopes Nº 1 (DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO) e Nº 2 (PROPOSTA COMERCIAL), que devem ser entregues concomitantemente, no dia e hora aprazados neste Edital, devidamente lacrados.
- **4.3.2.** O Envelope № 1 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO deverá conter a documentação de que trata o item 6 do presente Edital.
- **4.3.3.** O Envelope № 2 PROPOSTA COMERCIAL deverá conter a proposta do proponente, na forma disposta no item 7 deste Edital.

5. DA DATA, HORÁRIO E LOCAL DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

5.1.Os envelopes de documentação e proposta comercial deverão ser entregues pelos proponentes, impreterivelmente, até às 18 horas do dia **09/04/2019**, no seguinte endereço:

ASSOCIAÇÃO DAS PIONEIRAS SOCIAIS
HOSPITAL SARAH/BRASÍLIA - CENTRO
ÁREA DE RECURSOS MATERIAIS
SMHS QUADRA 301 BLOCO "B" Nº 45 - 4º ANDAR - ENTRADA "A"
BRASÍLIA-DF - CEP 70335-901 (BRASIL)

- **5.2.** Encerrado o prazo para o recebimento dos envelopes, nenhum outro será aceito, independente de qualquer alegação ou motivo.
- 5.3.É facultado ao proponente o envio dos envelopes de documentação e da proposta comercial por meio de correspondência registrada pelos Correios, com Aviso de Recebimento - AR. A documentação encaminhada somente será aceita se os respectivos envelopes forem entregues





até às 18 horas do dia **08/04/2019**, no endereço indicado no subitem 5.1, verificando-se, ainda, o cumprimento de todas as exigências constantes do Edital.

6. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO - ENVELOPE 1

- **6.1.**Previamente ao exame da documentação de habilitação, será verificado eventual descumprimento das condições de participação previstas no item 4.2 do Edital, especialmente quanto à existência de impedimentos, mediante consulta aos cadastros públicos.
 - **6.1.1.** A consulta aos cadastros públicos será realizada em nome da empresa participante e também de seus sócios, pesquisando-se eventuais lançamentos e possíveis impedimentos.
 - **6.1.2.** Constatada a existência de alguma restrição, a APS reputará a empresa inabilitada, por falta de condições de participação.
- **6.2.**O proponente que declarar que cumpre os requisitos de habilitação e não os cumprir será inabilitado e estará sujeito às penalidades previstas neste Edital.
- **6.3.**Constituem motivos para inabilitação do proponente a não apresentação da documentação exigida para habilitação e/ou a apresentação de documentos com prazo de validade vencido.
- **6.4.**Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original ou em cópias autenticadas por tabelião de notas.
- **6.5.**Os documentos deverão, preferencialmente, ser apresentados ordenadamente, numerados sequencialmente por item da habilitação, de modo a facilitar sua análise.
- 6.6. Não serão aceitos documentos rasurados ou ilegíveis.
- **6.7.**Serão aceitos documentos extraídos via internet, desde que estejam dentro do prazo de validade, os quais estarão sujeitos à comprovação pela Associação das Pioneiras Sociais.
- **6.8.** Declaração subscrita por representante legal da proponente, elaborada em papel timbrado, apresentado em original ou em cópia autenticada por tabelião de notas, atestando que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menor de 16 (dezesseis) anos de idade em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz.

6.9. Documentação relativa à habilitação jurídica:

- **6.9.1.** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial competente, no caso de sociedades empresárias;
- **6.9.2.** Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, acompanhada de prova da diretoria em exercício, no caso de sociedades civis;
- **6.9.3.** Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim exigir, no caso de sociedades estrangeiras em funcionamento no Brasil;
- **6.9.4.** Documentos de eleição e posse dos seus administradores, no caso de sociedades anônimas.
- **6.9.5.** Os documentos indicados no subitem 6.9. deverão estar acompanhados das respectivas alterações ou consolidações.
- 6.9.6.Em todos os casos, os documentos de habilitação deverão estar acompanhados da Ficha de Informações Cadastrais fornecida pela APS, devidamente preenchida, nos moldes do Anexo II deste Edital e com a assinatura do responsável legal.

2 R



6.10. Documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista:

- **6.10.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas e no cadastro de contribuintes estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- **6.10.2.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente à todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- **6.10.3.** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal, do domicílio ou sede do participante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- **6.10.4.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço FGTS, mediante a apresentação de certidão negativa de débito ou positiva com efeito de negativa; e
- **6.10.5.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa.
- **6.10.6.** É vedado aos participantes mesclar documentos de estabelecimentos diversos, exceto prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço FGTS e com o Instituto Nacional de Seguridade Social INSS, quando houver recolhimento centralizado desses tributos.

6.11. Documentação relativa à qualificação técnica:

Para fins de qualificação técnica, a participante deverá apresentar os seguintes documentos:

- 6.11.1. Comprovação de que possui, em seu quadro técnico, profissional legalmente habilitado em Medicina, junto ao Conselho Regional de Medicina CRM ou Engenharia, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia CREA, mediante:
 - 6.11.1.1. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social CTPS ou do contrato de prestação de serviço;
 - **6.11.1.2.** Cópia do ato de investidura do cargo ou cópia do Contrato Social, quando se tratar de diretor ou sócio;
 - **6.11.1.3.** Comprovante de inscrição do profissional no Conselho Regional de Medicina CRM e/ou no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia CREA.
- **6.11.2.** Um ou mais atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica em nome do participante, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando que o mesmo executa ou executou serviços compatíveis com o objeto e as especificações em período não inferior a 03 (três) anos.
- **6.11.3.** A participante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à declaração/atestado, endereço atual do CONTRATANTE e local em que foram prestados os serviços.





6.12. Documentação relativa à qualificação econômico-financeira:

- **6.12.1.** Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;
- **6.12.2.** No caso de sociedade anônima, deverá ser apresentada cópia da publicação do balanço patrimonial em jornal ou diário oficial;
- **6.12.3.** Certidão negativa de processos sobre falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo cartório distribuidor da sede da empresa;
- **6.12.4.** Comprovação da boa situação financeira da empresa, mediante a apresentação do cálculo dos seguintes índices contábeis: liquidez geral (LG), solvência geral (SG) e liquidez corrente (LC), que deverão ser superiores a 1 (um).
- **6.12.5.** A empresa que apresentar resultado igual ou menor que 1 (um), em qualquer dos índices contábeis, deverá comprovar que possui capital social registrado ou patrimônio líquido mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.
- **6.12.6.** É permitido à Associação das Pioneiras Sociais exigir outros documentos, com a finalidade de comprovar a idoneidade jurídica e financeira ou a qualificação técnica da empresa para a execução do objeto contratual.

7. DA PROPOSTA COMERCIAL - ENVELOPE 2

- **7.1.**A proposta comercial (envelope nº 2) deverá, obrigatoriamente, atender aos seguintes requisitos:
 - **7.1.1.** Ser impressa em 01 (uma) via, em papel timbrado da empresa proponente, designando o número da presente **COLETA DE PREÇOS**, em língua portuguesa, com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas;
 - **7.1.2.** Apresentar planilha detalhada da composição dos preços para os serviços estabelecidos no Termo de Referência **Anexo** deste Edital;
 - **7.1.3.** Ser datada, assinada pelo representante legal e entregue até o dia, hora e locais estabelecidos no subitem 5.1 deste edital;
 - 7.1.4. Apresentar validade não inferior a 60 (sessenta) dias; e
 - **7.1.5.** Indicar todos os encargos tributários e demais despesas necessárias à prestação dos serviços.
- 7.2.Os preços propostos deverão incluir todos os custos operacionais da atividade do proponente.
- **7.3.** Quaisquer tributos, custos e despesas diretas ou indiretas omitidos na proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos a qualquer título.
- **7.4.**É recomendada a inclusão, na proposta de preços, do número do CNPJ, inscrição estadual, endereço, cidade, UF, CEP, telefone, fax, e-mail e nome do representante para contato.
- **7.5.**A proposta de preços deverá limitar-se ao objeto deste Edital, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou outra condição não prevista neste Edital.
- **7.6.**Se, por motivo de força maior, a contratação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta de preços, ou seja, 60 (sessenta) dias, e caso persista o interesse da APS, esta poderá solicitar a prorrogação da validade da proposta por igual período.





8. DA DESCLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTAS:

- 8.1. Serão consideradas desclassificadas as propostas que:
 - 8.1.1. Não atenderem às exigências do Edital e seus anexos ou da legislação aplicável;
 - **8.1.2.** Aquelas que apresentarem valor excessivo ou manifestamente inexequível, ou preço baseado exclusivamente nas propostas dos demais proponentes;
 - **8.1.3.** Omissas ou vagas, bem como as que apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento; e
 - **8.1.4.** Impuserem condições ou contiverem ressalvas em relação às condições estabelecidas neste Edital.

9. DOS LOCAIS PARA A REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

- SMHS 501 Bloco A Brasília DF Cep: 70335-901
- SHIN QI 13 Área Especial C Lago Norte Brasília DF 71535-005
- Av. Amazonas, 5953 Gameleira Belo Horizonte MG Cep: 30510-000
- Av. Canal Arroio Pavuna S/N Jacarepaguá Rio De Janeiro RJ Cep: 22775-020
- Rodovia Juscelino Kubitschek, 2011 Universidade Macapá AP Cep: 68903-419
- Rodovia Arthur Bernardes, 1000 Val De Canz Belém PA Cep: 66115-000
- Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 4500 Passaré Fortaleza CE Cep: 60861-634
- Av. Luis Rocha, S/N Monte Castelo São Luís MA Cep: 65035-270
- Av. Tancredo Neves, 2782 Caminho Das Árvores Salvador BA Cep: 41820-900

10. DA SELEÇÃO

- **10.1.** O critério de seleção para o objeto desta COLETA DE PREÇOS será o **MENOR PREÇO GLOBAL**, sendo a seleção realizada em duas fases, a seguir detalhadas:
 - 10.1.1. HABILITAÇÃO As empresas cujos documentos não atenderem às exigências deste ato convocatório serão automaticamente inabilitadas. A documentação e o envelope lacrado da proposta comercial serão devolvidos pelos Correios com registro e comprovação por AR;
 - 10.1.2. CLASSIFICAÇÃO Serão consideradas classificadas as empresas cuja proposta atenda a melhor combinação dos padrões internos da APS, cujo critério básico será o de MENOR PREÇO, e, ainda, mediante avaliação da APS quanto aos seguintes aspectos:
 - a) Qualidade: conforme avaliação e parecer técnico realizado por profissionais da APS, acerca do atendimento da proposta apresentada às condições técnicas existentes no presente Edital e seus anexos;
 - b)Melhor preço: sendo avaliados, para esse julgamento, o atendimento concomitante dos critérios de menor preço, menor prazo de entrega e melhores condições de pagamento.
 - c) Vistoria técnica: Será realizada vistoria técnica, a critério da Rede SARAH, por profissionais da APS (sede ou filiais), para verificar se a empresa possui estrutura física, operacional, equipamentos e patrimônio para prestar, em condições adequadas, os serviços contratados.





- **10.2.** Somente poderão participar da fase de CLASSIFICAÇÃO as empresas que atenderem ao estabelecido na alínea "a" do subitem anterior; e
- **10.3.** Concluída a análise das propostas e conhecidos os preços ofertados, a APS elaborará julgamento final internamente, podendo negociar com os participantes, visando à maximização dos resultados.

11. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO AO EDITAL

- 11.1. Os pedidos de esclarecimento aos termos deste Edital deverão ser apresentados no prazo de até 5 (dias) dias úteis antes da data marcada para entrega dos envelopes de documentação e proposta comercial, entre as 8 e 18 horas, para os e-mails angelogarcez@sarah.br, 14564@sarah.br e 10208@sarah.br.
- 11.2. Não serão admitidos e respondidos pela APS pedidos de esclarecimento sem a devida qualificação do interessado, com a identificação de nome ou razão social, número do CPF ou CNPJ, endereço, e-mail, telefone e nome completo do representante legal da empresa, quando for o caso, bem como pedidos de esclarecimento ou impugnações apresentadas fora do prazo e horário estabelecidos no item anterior.
- **11.3.** As respostas da APS aos pedidos de esclarecimento serão encaminhadas diretamente aos interessados via e-mail.
- **11.4.** Acolhida a petição contra o Edital, será designada nova data para abertura do certame, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto se o acolhimento da petição não afetar a formulação das propostas ou a apresentação dos documentos de habilitação.

12. DOS RECURSOS

- **12.1.** Os proponentes poderão interpor recurso contra os atos praticados pela APS na condução do certame, no prazo de **3 (três) dias úteis**, a contar da divulgação do resultado, nos casos de habilitação ou inabilitação e de julgamento das propostas.
- **12.2.** Os demais proponentes que porventura tiverem seus interesses atingidos pela interposição do recurso previsto no item anterior poderão apresentar contrarrazões no prazo de **3 (três) dias úteis**, contados da data do envio da peça recursal pela APS.
- **12.3.** É assegurado aos proponentes vista imediata dos autos do processo, com a finalidade de subsidiar a elaboração de recurso ou contrarrazões, caso necessário.
- **12.4.** A APS decidirá motivadamente a respeito do recurso.
- **12.5.** O acolhimento do recurso implicará somente na invalidação ou desconsideração daqueles atos que não sejam passíveis de aproveitamento.
- **12.6.** Não serão conhecidos os recursos ou as contrarrazões apresentadas após os prazos estabelecidos nos subitens 12.1 e 12.2.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- **13.1.** A adjudicação do objeto da seleção de fornecedores será realizada pela **APS**, quando não houver a interposição de recurso, e pela **Diretoria** quando houver a interposição de recurso, após o julgamento deste.
- **13.2.** Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento de seleção de fornecedores.

14. DAS PENALIDADES

14.1. Ficará suspensa de participar de seleção de contratantes e impedida de contratar com a Associação das Pioneiras Sociais/Rede SARAH, pelo prazo de até 2 (dois) anos, a empresa que





deixar de assinar o instrumento contratual, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, quando convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar a documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do contrato, não manter a proposta dentro do prazo de sua validade, comportar-se de modo inidôneo, fazer declaração falsa, ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal do licitante, conforme a gravidade da sua conduta.

15. DO PAGAMENTO E DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

- **15.1.** O modo e a forma de pagamento, bem como as condições para o fornecimento do objeto deste edital será estabelecido conforme negociação entre as partes.
- **15.2.** No ato do pagamento, a Associação das Pioneiras Sociais/Rede SARAH reterá e recolherá na fonte:
 - **15.2.1.** Imposto de renda sobre os rendimentos pagos a terceiros, pessoas físicas ou jurídicas, que lhe prestem serviços (artigo 647, Decreto 3000/99 RIR); da CSLL/COFINS/PIS-PASEP sobre serviços prestados por pessoas jurídicas (INSRF nº 459, de 18 de outubro de 2004); da contribuição previdenciária sobre a prestação de serviços executados mediante cessão de mão de obra ou empreitada (IN RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009); ressalvados os casos determinados em lei; e
 - **15.2.2.** Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza ISSQ incidente sobre os serviços constantes da lista anexa à Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003; ressalvados os casos determinados em lei.

16. DISPOSIÇÕES GERAIS

- **16.1.** A participação em seleção de contratantes da Associação das Pioneiras Sociais/Rede SARAH implica, por parte das empresas participantes, na aceitação integral e irretratável dos termos deste Edital, dos elementos técnicos e instruções fornecidas, bem como das normas aplicáveis aos processos de contratação da APS.
- 16.2. A realização de seleção de contratantes não obriga a Associação das Pioneiras Sociais/Rede SARAH a formalizar o respectivo instrumento contratual, sendo-lhe reservado o direito de, a seu juízo, rejeitar todas as propostas e/ou anular ou revogar o Edital, mediante decisão fundamentada, sem que isto implique no direito de as empresas participantes pleitearem indenização, compensação ou vantagem a qualquer título.
- **16.3.** As normas que disciplinam a seleção de fornecedores serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados.
- **16.4.** O desatendimento de exigências formais, que não comprometam a compreensão da proposta e a aferição do cumprimento dos requisitos de habilitação, não importará no afastamento da empresa participante.
- **16.5.** É facultada à Associação das Pioneiras Sociais/Rede SARAH, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta ou dos documentos de habilitação.
- **16.6.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, somente se iniciando e vencendo em dia de expediente na APS.
- **16.7.** Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria da Associação das Pioneiras Sociais/Rede SARAH.





As questões decorrentes deste Edital, que porventura não forem resolvidas amigavelmente, serão discutidas no foro da Comarca de Brasília/DF, renunciando-se a qualquer outro foro, por mais privilegiado que se apresente.

Brasília-DF, 22 de março de 2019

Ângelo Garcez da Luz Área de Recursos Materiais

Robson Medeiros de Sousa Área de Recursos Materiais

Célia Correa Executivo

Associação das Pioneiras Sociais

Beltrão Advocacia & Consultoria



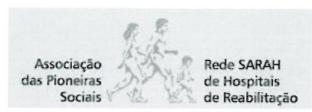
ANEXO I - ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS	Unid.	Quantidae	Localidade
01	Elaborar Laudos Técnicos de Insalubridade e	Sv	09	Unidades da
	Periculosidade – LTIP, conforme artigos 189 a 196 da CLT,			Rede Sarah
	NR 15 e NR 16, com base na identificação,			
	reconhecimento e avaliação dos riscos ambientais			
	preconizados pela NR 9, o qual deve ser apresentado			
	num documento base, num prazo de 60 dias a contar da			
	assinatura do contrato.			
	A Estrutura de Cargos da Rede SARAH é composta			
	conforme Anexo II.			
		O1 Elaborar Laudos Técnicos de Insalubridade e Periculosidade – LTIP, conforme artigos 189 a 196 da CLT, NR 15 e NR 16, com base na identificação, reconhecimento e avaliação dos riscos ambientais preconizados pela NR 9, o qual deve ser apresentado num documento base, num prazo de 60 dias a contar da assinatura do contrato. A Estrutura de Cargos da Rede SARAH é composta	O1 Elaborar Laudos Técnicos de Insalubridade e Sv Periculosidade – LTIP, conforme artigos 189 a 196 da CLT, NR 15 e NR 16, com base na identificação, reconhecimento e avaliação dos riscos ambientais preconizados pela NR 9, o qual deve ser apresentado num documento base, num prazo de 60 dias a contar da assinatura do contrato. A Estrutura de Cargos da Rede SARAH é composta	O1 Elaborar Laudos Técnicos de Insalubridade e Sv 09 Periculosidade – LTIP, conforme artigos 189 a 196 da CLT, NR 15 e NR 16, com base na identificação, reconhecimento e avaliação dos riscos ambientais preconizados pela NR 9, o qual deve ser apresentado num documento base, num prazo de 60 dias a contar da assinatura do contrato. A Estrutura de Cargos da Rede SARAH é composta





ANEXO III FICHA DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS



	FICHA DE IN	FORMAÇÕES CA	DASTRAIS
RAZÃO SOCIAL *:			
NOME FANTASIA	20-20-20-20-20-20-20-20-20-20-20-20-20-2	7.1950	
(se houver) :			
ENDEREÇO *:			
BAIRRO *:			
CEP *:			
CIDADE/ESTADO *:			
CNPJ/CPF *:			DADOS FISCAIS (Tributação) *
INSCRIÇÃO ESTADUAL :			() ME/EPP – <u>Não</u> Optante pelo Simples () ME/EPP – Optante pelo Simples
INSCRIÇÃO MUNICIPAL			() Substituição Tributária/Regime
(se houver) :	-		Especial
* campos obrigatórios			
	REPRE	SENTANTE LEGA	
PESSOA DE CO			
(DDD) TELEFONE CON	/IERCIAL *:		
(DDD) TELEFONE	CELULAR :		
	DD) FAX *:		
	E-MAIL *:		
* campos obrigatórios			
	GERENTE :	VENDAS	
(DDD) TELEFONE CO			
(DDD) TELEFONE			
	DDD) FAX :		
	E-MAIL:		
	E-WAIL.		
VEI	NDEDOR *:	-	
(DDD) TELEFONE COM			
(DDD) TELEFONE			
	DD) FAX *:		
	E-MAIL *:		

^{*} campos obrigatórios



	FINANCEIRO
GERENTE :	
(DDD) TELEFONE COMERCIAL :	
(DDD) TELEFONE CELULAR :	
(DDD) FAX :	
E-MAIL :	
* campos obrigatórios	
	DADOS BANCÁRIOS
(para recebimento	de pagamento para o CNPJ informado)
A confirmação e alteração dos da	dos bancários e forma de pagamento escolhida são de
responsabilidad	e do representante legal da empresa
Para a opção de Boleto Bancário é obriga nº do convênio onde o fornecedor manté	atório informar os dados de banco, agência, conta corrente e ém o convênio de cobrança bancária.
1 7 7	rédito em conta corrente oleto Bancário
() Autorizo o pagamento na forma de o tempo hábil para pagamento	crédito em conta caso a APS não receba o boleto bancário em
Inclu	uir os respectivos dígitos
Nº e Nome do Banco *:	·
Nº da agência *:	
Conta Corrente *:	
Local *:	
Código do cedente:	
Nº do Convênio de Cobrança:	
Nº e Nome do Banco:	
Nº da agência:	
Conta Corrente:	
Local:	
Código do cedente:	
Nº do Convênio de Cobrança:	
campos obrigatórios para forma de pag	amento Boleto Bancário
	S BANCÁRIOS DA MATRIZ ento de pagamento centralizado)
CNPJ :	ıir os respectivos dígitos
Nº e Nome do Banco *:	
Nº da agência *:	
Conta Corrente *:	
Local *:	
Código do cedente:	
Nº do Convênio de Cobrança:	
iv- do convenio de copranca:	

* campos obrigatórios para forma de pagamento Boleto Bancário

Z



	ENDEREÇO DO SITE
	(se houver)
	ATIVIDADE COMERCIAL
	ANTIONDE CONTENENT
) Fabricante	
) Distribuidor	
) Atacadista	
) Representante	· Comercial
) Serviços	
	CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS OFERECIDOS Preenchimento exclusivo da Associação das Pioneiras Sociais
Declaro que as Associação das	informações acima são verdadeiras e que estou ciente que deverei comunicar à Pioneiras Sociais qualquer alteração relativa aos dados cadastrais da empresa. ASSINATURA DO RESPONSÁVEL LEGAL
SINATURA:	

R



TERMO DE REFERÊNCIA

Elaborar Laudo Técnico de Insalubridade e Periculosidade - LTIP

1. INTRODUÇÃO

A Associação das Pioneiras Sociais (APS), por força da Lei Federal que a criou – artigo 1º da Lei 8.246/1991 e artigo 2º do Decreto 371/1991, é uma instituição qualificada como serviço social autônomo, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de interesse coletivo e de utilidade pública.

O Termo de Referência estabelece normas gerais e específicas, métodos de trabalho e padrões de conduta para os serviços descritos e deve ser considerado como complementar às demais exigências dos documentos contratuais.

2. OBJETO

Selecionar e contratar empresa especializada em serviços de engenharia de segurança do trabalho e/ou medicina do trabalho, a fim de elaborar Laudo Técnico de Insalubridade e Periculosidade – LTIP.

O serviço deverá ser realizado nas Unidades da Rede SARAH, em suas dependências e considerando todos os cargos e funções de trabalho.

3. JUSTIFICATIVA

A caracterização da atividade como insalubre ou periculosa, depende de comprovação por meio do Laudo Técnico de Insalubridade e Periculosidade (LTIP), expedido por Engenheiro de Segurança ou por Médico do trabalho habilitado pelo respectivo órgão do registro profissional.

Os laudos técnicos de insalubridade e periculosidade são fundamentais para atender às exigências das normas regulamentadoras sobre Medicina e Segurança do Trabalho. Sendo o documento hábil para comprovar se os empregados de determinado







estabelecimento têm direito ou não ao pagamento de adicional de insalubridade ou adicional de periculosidade, é essencial para a comprovação de regularidade durante uma fiscalização trabalhista ou em eventual ação judicial.

Além disso, é uma importante ferramenta para avaliar a possibilidade de implementação de medidas que visem eliminar ou reduzir os agentes prejudiciais à saúde através do uso de Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC) e Equipamentos de Proteção Individual (EPI), modificações no ambiente de trabalho ou substituição de insumos, gerando economia no pagamento de adicionais e redução do risco de doenças ocupacionais e acidentes de trabalho.

4. ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

Elaborar Laudos Técnicos de Insalubridade e Periculosidade – LTIP, conforme artigos 189 a 196 da CLT, NR 15 e NR 16, com base na identificação, reconhecimento e avaliação dos riscos ambientais preconizados pela NR 9, o qual deve ser apresentado num documento base, num prazo de 60 dias a contar da assinatura do contrato.

A Estrutura de Cargos da Rede SARAH é composta conforme Anexo I.

5. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

A contratada deverá realizar reunião técnica inicial para esclarecimentos e recomendações quanto à metodologia e desenvolvimento do trabalho.

Poderá ser discutida a possibilidade de modificação nos procedimentos metodológicos e/ou na elaboração dos serviços contratados.

A contratada deverá proporcionar consultoria técnica, durante toda a vigência do contrato.

6. EQUIPE TÉCNICA E QUALIFICAÇÃO

Para fins de qualificação técnica, a contratada deverá comprovar que possui, em seu quadro técnico, profissional legalmente habilitado em Medicina, junto ao Conselho







Regional de Medicina – CRM ou Engenharia, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, mediante:

7. DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O prazo de execução dos serviços será de 60 (sessenta) dias, iniciando após a assinatura do contrato.

8. DEVERES DA CONTRATADA:

Cabe a CONTRATADA, além do previsto e exigido pela Lei e normas regulamentares pertinentes:

Apresentar Habilitação/especialização dos profissionais na área de formação, medicina do trabalho e/ou engenharia de segurança do trabalho.

Apresentar registro no conselho de classe da área de formação e visto no conselho de classe dos estados em que o laudo for elaborado;

Apresentar atestado de capacidade Técnica dos profissionais e, comprovar experiência em elaboração de laudos técnicos;

Obedecer às normas e especificações na forma da Lei;

Dispor dos profissionais necessários à execução dos serviços descritos, prevendo substitutos, no caso de possíveis ausências;

Para a elaboração dos Laudos Técnicos de Insalubridade e Periculosidade – LTIP deverão ser feitos nos setores e funções das Unidades da Rede SARAH e obedecer ao que estabelece a CLT e as Normas Regulamentadoras vigentes, sobretudo NR 9, NR-15 e NR-16.

9. DEVERES DA CONTRATANTE:

Fornecer as informações e documentos necessários para a elaboração do laudo.

10. DO PAGAMENTO:

O modo e a forma de pagamento, será estabelecido conforme negociação entre as partes.





ANEXO II

ESTRUTURA DE CARGOS - REDE SARAH

CARGO	ESPECIALIDADE	CARGO	ESPECIALIDADE	CARGO	ESPECIALIDADE
Administrador	Administration	Engenheiro	Mecanica	Operador de Manutencao	Pedreiro
Ad-pgado Obsgc-NA	Advogado	Engenheiro	Mecatronica	Operador de Manutencao	Pintor
Almoxarife	Almorarife	Engenheiro	Seguranca do Trabalho	Operador Grafico	Encarregado de Acabamento
Analista Administrativo	Analista Administrativo	Especialista em Pesquisa	Especialista em Pesquisa	Professor	Dancii
Analista de Contratos	Analista de Contratos	Estatistico	Estatistico	Professor	Educação Artistica
Analista de Gestao	Analista de Gestao	Executivo	Executivo	Professor	Educação Firica
Analista de Informatica	Analista de Informatica	Farmaceutico	Bioguimico	Professor	Hospitalar
Analista de Informatica	Deservolvimento de Sistemas	Farmaceutico	Farmacia	Professor	Recursos Humanos
Analista de Informatica	Suporte e Rede	Fisioterapeuta	Fisioterapeuta	Professor Nivel Medio	Professor Nivel Medio
Analista de Laboratorio	Analista de Laboratorio	Funcaudiologo	Fonoaudiologo	Psicologo	Hospitalar
Analista de Processos	Analista de Processos	Marinheiro Fluvial Conves	Marinheiro Fluvial de Conves	Psicologo	Recursos Humanos
Analista de Projetos	Analista de Projetos	Medico	Anestesiologia	Superintendente	Superintendente
Analista em Material	Analista em Material	Medico	Cardiologia	Tec Administrativo	Tecnico Administrativo
Analista Financeiro	Analista Financeiro	Medico	Cirurgia Geral	Tec Atendimento Publico	Tecnico em Atendimento ao Publico
Arquiteto	Arquiteto	Medico	Cirurgia Plastica	Tec de Enfermigem	Tec de Enfermagem
Arguinista	Arquivista	Medico	Cirurgia Toracica	Tec de Nutricao e Dietetica	Tec de Nutricao e Dietetica
Ascensorista	Ascerisorista	Medico	Clinica Medica	Tec Documentacao Imagem	Fotografo
Assistente Administrativo	Assistente Administrati	Medico	Fisiatria	Tec em Anatomia	Tecnico em Anatomia
Assistente de Transcrição	Assistente de Transcricao	Medico	Genetica	Tec em Biblioteca	Tecnico em Biblioteca
Assistente Gorial	'Assistente Social	Medico	Geriatria	Tec em Contabilidade	Tecnico em Contabilidade
Auditor	Auditor	Medico	Hematologia	Tec em Fabricacao	Eletronica
Aux Administrativo	Auxiliar Administrativo	Medico	Medicina do Trabalho	Tec em Fabricacao	Fresador
Aux de Apoio e Higiene	Auxiliar de Apoio	Medico	Neurocirurgia	Tec em Farmacia	Tecnico em Farmacia
Aux de Apoio e Higiene	Auxiliar de Higiene	Medico	Neurofisiologia	Tec em Gesso Hospitalar	Tec em Gesso Hospitalar
Aux de Apolo e Higiene	Padioleiro	Medico	Neurologia	Tec em Informatica	Tecnico em Informatica
Aux de Copa e Cozinha	Auxiliar de Copa e Cozinha	Medico	Oncologia	Tec em Manutencao	Edificação
Aux de Enfermagem	Auxiliar de Enfermagem	Medico	Ortopedia	Tec em Manutencao	Eletronica
Aux de Fabricação	Auxiliar de Fabricac	Medico	Patologia Cirurgica	Tec em Manutencao	Eletrotecnica
Aux de Fabricacao	Ferramenteiro	Medico	Patologia Clinica	Tec em Manutencio	Enc Equipamento Eletromecanico
Aux de Fabricacao	Manut Camas Maica e UMS	Medico	Pediatria	Tec em Manutencao	Mecanica Mecanica
Aux de Fabricacao	Mecanico Montador	Medico	Psiguiatria	Tec em Manutencao	Mecatronica
Aux de Fabricação	Serralheiro	Medico	Radiologia	Tec em Manutencao	Telefonia
Aux de Laboraturio	Auxiliar de Laboratorio	Medico	Reumatologia	Tec em Materiais Financas	
Aux de Lavanderia	Auxiliar de Lavanderia	Medico		Tec em Oficina Ortopedica	Tecnico em Materiais e Financas
Aux de Lavanderia Aux de Manutencao	Auxiliar de Cavanderia Auxiliar de Manutencao	Medico	Terapia Intensiva Urologia	Tec em Patologia	Tecnico em Oficina Ortopedica
Aux de Manutenção	Eletronica	Motorista	Motorista		Tecnico em Patologia
Aux de Manutencas		Nutricionista	Nutricipnista	Tec em Producao	Tecnico em Producaro
Aux de Manutencao	Jardinagem Mecanica	Oficial de Fabricação	Torneii o Mecanico	Tec em Radiologia	Tecnico em Radiologia
Aux de Imanutencao Aux de Seguranca	Auxiliar de Segurança	Oficial de Manutenção	Eletricista	Tec em Recursos Humanos	Tecnico em Recursos Humanos
				Tec em Seguranca Trabalho	Tecnico em Seguranca do Trabalho
Bibliotecario	Biblioterario	Oficial de Manutencao Oficial de Manutencao	Eletronica	Tec Especialista	Tec Especialista IV
Fiologo	Biologia Molecular Bioquimico Analitico	Oficial de Manutencao	Marceneiro Mecanico	Tec Especialista	Tec Especialista V
Biologo				Tec Metodos Eletrogralicos	Polissonografin
Biologo	Citogenetica	Oficial de Manutencao	Mecanico de Gares	Tec Metodos Eletrograficos	Tecnico em Metodos Eletrograficos
Biologo	Imunoistuquimica	Oficial de Manutencao	Mecanico de Refrigeração	Telefonista	Telefonista
Biologo	Microscopia Eletronica	Oficial de Manutencao	Mecanico Industrial	Telefonista Internacional	Telefonista Internacional
Contador	Contador	Oficial de Manutencao	Operador de Caldeira	Terapeuta Funcional	Fisioterapeuta
Costureiro	Costureira	Oficial de Manutencao	Serralheiro	Terapeuta Funcional	Terapeuta Ocupacional
Cozinheiro	Cozinheiro	Operador de Fabricacao	Marceneiro	Terapeuta Ocupacional	Terapeuta Ocupacional
Desenhista Industrial	Desenhista Industrial	Operador de Fabricacao	Mecanico Montador	Aprendiz-Aparelhos Gessados	Aprendiz-Aparelhos Gessados
Desenhista Industrial	Desenho de Produto	Operador de Fabricacao	Pintor Tinta Automotiva	Aprendiz-Atend Pub Hospitalar	Aprendiz-Atendimento Publico Hospitalar
Desenhista Projetista	Arquitetura	Operador de Fabricacao	Serralheiro	Aprendiz-Biblioteca Hospitalar	Aprendiz-Biblicteca Hospitalar
Desenhista Projetista	Desenhista Projetista	Operador de Fabricacao	Polidor	Aprendiz-Hig-Desinf Limp Hosp	Aprendiz-Hig-Desinf Limp Hosp
Desenhista Projetista	Estruturas Metalicas	Operador de Lavanderia	Operador de Lavanderia	Aprendiz-Of Ortop Bioengenhari	Aprendiz-Oficina Ortopedica Bioengenhari
Desenhista Projetista	Instalacoes Eletricas e Hidraulicas	Operador de Manutencao	Bombeiro Hidraulico	Aprendiz-Of Ortopedica	Aprendiz-Oficina Ortopedica
Desenhista Projetista	Mecanica	Operador de Manutencao	Encanador	Aprendiz-Oficina de Prototipos	Aprendiz-Oficina de Prototipos
Enfermeiro	Enfermeiro	Operador de Manutencao	Ferramenteiro	Aprendiz-Patologia Humana	Aprendiz-Patologia Humana
Engenheiro	Civil	Operador de Manutencao	Jardineiro	Aprendiz-Tecnologia Informacao	Aprendiz-Tecnologia da Informacao
Ingenheiro	Eletrica	Operador de Manutenção	Operador de ETE	A A STATE OF A STATE O	









CONTRATO Nº _____/2019 QUE CELEBRAM ENRE SI A ASSOCIAÇÃO DAS PIONEIRAS SOCIAIS E A EMPRESA ______ PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA DO TRABALHO NAS UNIDADES DA REDE SARAH.

O Serviço Social Autônomo ASSOCIAÇÃO DAS PIONEIRAS SOCIAIS ("APS"), pessoa jurídica o
direito privado, criado na forma da Lei nº 8.246, de 22 de outubro de 1991, cadastrado no CNPJ/MF so
o nº 37.113.180/0001-28, e suas filiais, não contribuinte de ICMS conforme Protocolo ICMS 05/200
com sede no SMHS Quadra 301, Bloco B nº 45 CEP: 70.335-901, Brasília/DF, doravante denominado
CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Diretor Tesoureiro, Sr, portad
da C. I. nº, expedida pela SSP/DF e cadastrado no CPF/MF sob nº
residente e domiciliado em Brasília/DF, e a empresa, cadastrada no CNPJ/MF sob o i
, situada, CEP,, doravan
denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr, portador da C.
nº, e cadastrado no CPF/MF sob o nº credenciado a assina
pela empresa, tem justo e acertado o presente CONTRATO DE PRESTAÇAO DE SERVIÇOS D
SEGURANÇA DO TRABALHO, à vista do que consta no processo administrativo nº xxxxxxxx e el
conformidade com as exigências estabelecidas no Edital de Coleta de Preços nº/201_, r
Regulamento de Compras e Contratações da APS - publicado no Diário Oficial da União, de 22/11/201
Edição nº 224, Seção 3, página 221, aplicando-se, subsidiariamente, as disposições do Código Civ
Brasileiro, e regido pelas cláusulas abaixo.

CLÁUSULA PRIMEIRA **OBJETO**

O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada em serviços de engenharia de segurança do trabalho e/ou medicina do trabalho a fim de elaborar Laudo Técnico de Insalubridade e Periculosidade - LTIP, conforme condições e exigências contidas no ANEXO I - Termo de Referência e demais condições que se seguem.

Parágrafo Único – Os serviços deverão ser prestados nas Unidades da Rede SARAH, nos endereços abaixo descritos:

Área de Gestão de Contratos telefone: 61 3319 1275 e-mail: contratos@sarah.br SMHS Quadra 301 Bloco B nº 45 Edifício Pioneiras Sociais. CEP: 70.335-901 Brasília DF www.sarah.br



#	ENDEREÇOS	UNIDADES
1	SMHS 501 BLOCO A BRASÍLIA - DF CEP: 70335-901	BRASÍLIA (CENTRO)
2	SHIN QL 13 Área Especial C LAGO NORTE-BRASÍLIA - DF 71535-005	BRASÍLIA (LAGO NORTE)
3	AV. AMAZONAS, 5953 GAMELEIRA BELO HORIZONTE - MG CEP: 30510-000	BELO HORIZONTE
4	AV. CANAL ARROIO PAVUNA S/N JACAREPAGUÁ RIO DE JANEIRO - RJ CEP: 22775-020	RIO DE JANEIRO
5	RODOVIA JUSCELINO KUBITSCHEK, 2011 UNIVERSIDADE MACAPÁ - AP CEP: 68903-419	MACAPÁ
6	RODOVIA ARTHUR BERNARDES, 1000 VAL DE CANZ BELÉM - PA CEP: 66115-000	BELÉM
7	AV. PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, 4500 PASSARÉ FORTALEZA - CE CEP: 60861-634	FORTALEZA
8	AV. LUIS ROCHA, S/N MONTE CASTELO SÃO LUÍS - MA CEP: 65035-270	SÃO LUÍS
9	AV. TANCREDO NEVES, 2782 CAMINHO DAS ÁRVORES SALVADOR - BA CEP: 41820-900	SALVADOR



Área de Gestão de Contratos telefone: 61 3319 1275 e-mail: contratos@sarah.br SMHS Quadra 301 Bloco B nº 45 Edifício Pioneiras Sociais, CEP: 70.335-901 Brasília DF www.sarah.br





CLÁUSULA SEGUNDA ANEXOS

Para todos os fins de direito, passam a fazer parte integrante do presente instrumento os anexos identificados abaixo, que determinam as condições desta contratação, as quais a **CONTRATADA** se compromete a atender e, em caso de conflito entre as disposições de tais instrumentos, será respeitada a ordem de precedência conforme descrita abaixo, sendo certo que este Termo de Contrato prevalece sobre todos os demais:

Anexo I – Termo de Referência;
Anexo II – Pedido de Compra nº, de//2019;
Anexo III – Diretrizes de Segurança do Trabalho Estabelecidas pela Rede Sarah
Anexo IV – Políticas e Práticas de Compliance; e
Anexo V – Código de Ética – Relacionamento com Público Externo.
Anexo VI- Proposta Comercial da CONTRATADA nº, de//2019

Parágrafo Primeiro - A **CONTRATADA** desde já declara ciência e total concordância aos documentos constantes dos anexos acima citados.

Parágrafo Segundo - O serviço contratado será executado, rigorosamente, de acordo com as normas estabelecidas no **Termo de Referência - Anexo I deste Contrato.**

CLÁUSULA TERCEIRA SEGURANÇA DO TRABALHO

Parágrafo Primeiro — A CONTRATADA deverá cumprir as Normas Técnicas da ABNT — Associação Brasileira de Normas Técnicas e a Portaria nº 3.214, de 08 de junho de 1978, que contém as Normas Regulamentadoras de Segurança e Medicina do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego, no que se aplica às operações, às atividades, aos procedimentos, e à utilização de equipamentos, materiais, técnicas e projetos a serem utilizados, com base no que estabelece a Constituição Federal, o Código Civil, a Consolidação das Leis do Trabalho, a Lei nº 8.213/91.

Parágrafo Segundo - A **CONTRATADA** deve atender as disposições legais estabelecidas pelo Ministério do Trabalho conforme preconiza na NR09 – PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais) Portaria 3214/78;

Parágrafo Terceiro - A **CONTRATADA** deve atender as disposições legais estabelecidas pelo Ministério do Trabalho conforme preconiza NR07 — PCMSO (Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional) Portaria 9214/78;

Área de Gestão de Contratos telefone: 61 3319 1275 e-mail: contratos@sarah.br SMHS Quadra 301 Bloco B nº 45 Edifício Pioneiras Sociais, CEP: 70.335-901 Brasília DF www.sarah.br





Parágrafo Quarto - A CONTRATADA deve atender as disposições legais estabelecidas pelo Ministério do Trabalho conforme preconiza NR06 – EPI (Equipamentos de Proteção Individual) devendo fornecer aos empregados, gratuitamente todos os equipamentos pertinentes às atividades específicas;

Parágrafo Quinto - A CONTRATADA deve comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer ocorrência anormal com ou sem lesão e impactos ambientais significativos. Em caso de acidente, a CONTRATADA deverá comunicar ao INSS, através da emissão de CAT, no prazo estabelecido pelo Art. 22 da Lei Nº 8.213 - de 24 de julho de 1991, abaixo transcrito, e entregar cópia imediatamente à CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUARTA **NORMAS**

Além das Referências Normativas estabelecidas no item 8 do Termo de Referência, a CONTRATADA deverá obedecer as normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e outros diplomas legais, em especial as seguintes:

- NR-6 Equipamento de Proteção Individual EPI;
- NR-7- Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional;
- NR-9 Programa de Prevenção de Riscos Ambientais;
- NR 15 Atividades e Operações Insalubres;
- NR 16 Atividades e Operações Perigosas;
- NR 32 Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Sáude;

CLÁUSULA QUINTA OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Parágrafo Primeiro - Antes de iniciar a execução dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar à Área de Segurança do Trabalho - Fiscalização das Normas Regulamentadoras da CONTRATANTE os seguintes documentos:

- Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, salário, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
- Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos

Parágrafo Segundo - Os documentos acima mencionados deverão ser apresentados para cada novo empregado que se vincule à prestação do contrato administrativo. De igual modo, o desligamento de empregados no curso do contrato de prestação de serviços deve ser devidamente comunicado, com

> Área de Gestão de Contratos telefone: 61 3319 1275

e-mail: contratos@sarah.br SMHS Quadra 301 Bloco B nº 45 Edifício Pioneiras Sociais,

CEP: 70.335-901 Brasília DF





toda a documentação pertinente ao empregado dispensado, à semelhança do que se exige quando do encerramento do contrato administrativo.

Parágrafo Terceiro - Apresentar no ato do pagamento da Nota Fiscal, em observância às disposições da legislação vigente, as informações ou documentos listados abaixo:

- a) Nota Fiscal/Fatura;
- b) Certificado de Regularidade do FGTS CRF;
- c) Certidão Negativa de Débitos Tributários do Estado;
- d) Certidão Conjunta Negativa Débito Tributário Federal e Dívida Ativa da União;
- e) Certidão Negativa de Débitos da Fazenda Municipal;
- f) Certidão de Falência, Concordata e Recuperação Judicial;
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, ou Positiva com Efeito de Negativa;
- h) Folha de Pagamento e comprovante de depósito dos salários e/ou contracheques assinados;
- i) Cópia da GFIP com a relação dos trabalhadores locados nas dependências da CONTRATANTE;
- j) Cópia das Guias da Previdência Social e do FGTS, devidamente guitadas, referente aos trabalhadores locados nas dependências da CONTRATANTE;
- k) Protocolo de envio de arquivo conectividade social;
- I) Cópia dos recibos de entrega dos vales-transportes, uniformes e outros benefícios sociais estipulados em Acordo Coletivo ou Convenção Coletiva de cada trabalhador locado nas dependências da CONTRATANTE;
- m) Cópia dos pagamentos de férias, décimos terceiros e verbas rescisórias de todos os trabalhadores, que estejam ou estiveram locados nas dependências da CONTRATANTE;
- n) Cópia dos cartões de pontos dos trabalhadores locados nas dependências da CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto - São obrigações da CONTRATADA:

- a) Manter vínculo empregatício com os seus colaboradores pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho, sendo responsável pelo pagamento de salários e todas as demais vantagens, recolhimento de todos os encargos sociais e trabalhistas de acordo com a Legislação Trabalhista. A inadimplência da CONTRATADA não transfere para a CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato;
- b) Comprovar mensalmente à Área de Gestão de Recursos Humanos da APS a quitação de suas obrigações trabalhistas e previdenciárias, respeitando-se os prazos estabelecidos em lei para as diversas obrigações;
- c) Apresentar Habilitação/especialização dos profissionais na área de formação, medicina do trabalho e/ou engenharia de segurança do trabalho.

Area de Gestão de Contratos

telefone: 61 3319 1275 e-mail: contratos@sarah.br SMHS Quadra 301 Bloco B nº 45 Edifício Pioneiras Sociais,

CEP: 70.335-901

Brasília DF



- d) Apresentar registro no conselho de classe da área de formação e visto no conselho de classe dos estados em que o laudo for elaborado;
- e) Assumir as responsabilidades previstas e exigidas em lei, em caso de eventual ocorrência de acidente de trabalho, providenciando as medidas que se fizerem necessárias, em tempo hábil, assim como, comunicando a ocorrência à CONTRATANTE;
- f) Assegurar-se de que o número de colaboradores alocados para o serviço é suficiente para o bom desempenho das atividades;
- g) Substituir, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, os colaboradores que não atendam as condições requeridas para a natureza do serviço mediante a solicitação com justificativa do encarregado da CONTRATADA ou da Liderança da unidade;
- h) A CONTRATADA deverá realizar reunião técnica inicial para esclarecimentos e recomendações quanto à metodologia e desenvolvimento do trabalho;
- i) A CONTRATADA deverá proporcionar consultoria técnica, durante toda a vigência do contrato;
- j) Manter a equipe uniformizada (sapato, calça, camisa, crachá) zelando para que os mesmos se apresentem com aspecto adequado, limpo, unhas aparadas, cabelos protegidos ou presos, barbeados e sem adornos (NR 32 – Segurança e Saúde no Trabalho em Servicos de Saúde):
- k) Supervisionar a frequência de seus colaboradores através de métodos para realizar o controle da assiduidade:
- I) Deverá zelar pela disciplina e organização do ambiente de trabalho cumprindo e fazendo com que sejam cumpridos, irrestritamente, as normas e rotinas da instituição;
- m) Registrar no "Livro de Ocorrências", as não conformidades relativas à execução dos serviços;
- n) Elaborar Laudos Técnicos de Insalubridade e Periculosidade LTIP, com base na identificação, reconhecimento e avaliação dos riscos ambientais preconizados pela NR 9, o qual deve ser apresentado em documento base, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da assinatura do contrato.
- o) Para a elaboração dos Laudos Técnicos de Insalubridade e Periculosidade LITP, a CONTRATADA deverá realizar a execução dos serviços nos setores das Unidades da Rede SARAH, conforme as respectivas funções, bem como obedecer as orientações das Normas Regulamentadoras vigentes, sobretudo NR-9 NR-15 e NR-16;
- p) Fornecer, sempre que solicitados pela CONTRATANTE, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e do pagamento dos salários e demais benefícios trabalhistas dos empregados colocados à disposição da CONTRATANTE:
- q) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

Area de Gestão de Contratos telefone: 61 3319 1275 e-mail: contratos@sarah.br SMHS Quadra 301 Bloco B nº 45 Edifício Pioneiras Sociais. CEP: 70.335-901 Brasilia DF www.sarah.br



- r) Disponibilizar o quadro de pessoal, substituindo imediatamente, os que estiverem de férias, em licença, com falta, sob demissão ou por outros motivos;
- s) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação;
- t) Apresentar toda a documentação exigida, anexo à fatura mensal dos serviços prestados, bem como as justificativas fundamentadas por normas ou leis de quaisquer alterações que venham a ocorrer nos pagamentos dos benefícios aos trabalhadores;
- u) Indenizar a CONTRATANTE pelo justo valor dos eventuais danos, avarias e inutilizações de quaisquer bens da instituição ou de terceiros, quando comprovada a culpabilidade de seu pessoal, sob pena de retenção do respectivo valor, já da primeira fatura apresentada, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, considerando que a CONTRATADA deverá possuir cobertura securitária para este fim;
- v) Prestar esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE cujas reclamações se obrigam prontamente a atender;
- w) Manter disciplina nos locais dos serviços, retirando no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a notificação qualquer empregado considerado com conduta inconveniente pelo CONTRATANTE;

CLÁUSULA SEXTA **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

São obrigações da CONTRATANTE:

- a) Fornecer as informações e documentos necessários para a elaboração do laudo.
- b) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- c) Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- d) Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços dentro das normas do Contrato.
- e) Não permitir que a mão de obra na execução dos serviços execute tarefas em desacordo com as pré-estabelecidas no Contrato, fixando prazo para a sua correção;
- f) Notificar, por escrito, à CONTRATADA a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para sua correção.

Area de Gestão de Contratos telefone: 61 3319 1275 e-mail: contratos@sarah.br SMHS Quadra 301 Bloco B nº 45 Edifício Pioneiras Sociais. CEP: 70.335-901

Brasília DF





- g) Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no contrato;
- h) Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da contratada, em conformidade com o contrato.
- i) Permitir ao pessoal da CONTRATADA, corretamente identificado, livre acesso as dependências da Rede SARAH de modo a viabilizar a prestação dos serviços durante o horário de expediente.
- j) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos funcionários da CONTRATADA.

CLÁUSULA SÉTIMA PREÇOS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Para efeito de previsão financeira e controle orçamentário, as partes estimam o valor total do presente Contrato em R\$
Parágrafo Primeiro - A CONTRATANTE deverá efetuar os pagamentos decorrentes da presente contratação, desde que efetivamente prestados pela CONTRATADA, em parcelas mensais, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, acompanhada da regularidade fiscal, por meio de ordem bancária ao banco e conta corrente indicados, no prazo de 20 (vinte) dias, contado da emissão da Nota Fiscal.
Parágrafo Segundo - A CONTRATADA deverá encaminhar a Nota Fiscal/Fatura à CONTRATANTE até o quinto dia útil do mês subsequente à data da conclusão dos serviços.

Paragrafo Terceiro - A CONTRATANTE reserva-se o direito de não realizar o pagamento se, no ato de atestar Nota Fiscal/Fatura a prestação dos serviços não estiver de acordo com as definições deste Termo de Referência.

Parágrafo Quarto - Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à CONTRATADA, e o pagamento ficará pendente até que seja sanado o problema ocorrido, hipótese em que o prazo para pagamento se iniciará após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

Parágrafo Quinto - Para o pagamento mensal dos serviços deverá ser comprovado o recolhimento das contribuições trabalhistas, fiscais e sociais previstas na Cláusula Terceira deste Contrato.

Parágrafo Sexto - Encontrando-se a CONTRATADA inadimplente quanto aos documentos obrigatórios descritos no parágrafo acima, poderá ser concedido, a critério da Unidade da APS, prazo de até 30

> Área de Gestão de Contratos telefone: 61 3319 1275 e-mail: contratos@sarah.br SMHS Quadra 301 Bloco B nº 45 Edifício Pioneiras Sociais, CEP: 70.335-901 Brasília DF www.sarah.br







(trinta) dias para que regularize a sua situação fiscal, sob a pena de não o fazendo ter rescindido o Contrato, com aplicação das sanções cabíveis.

Parágrafo Sétimo - A CONTRATANTE não autoriza a cessão de créditos e, portanto, não irá quitar títulos financeiros repassados a terceiros como cauções ou qualquer outra operação financeira envolvendo terceiros.

Parágrafo Oitavo - A CONTRATADA autoriza a CONTRATANTE a fazer o desconto nas Notas Fiscais/Faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos profissionais dos Postos de trabalho, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem adimplidos pela CONTRATADA.

Parágrafo Nono - Quando não for possível a realização dos pagamentos a que se refere o Parágrafo Oitavo pela CONTRATANTE, esses valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e do FGTS.

CLÁUSULA OITAVA REGIME DE SUBSTITUIÇÃO E/OU RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA DA CONTRATANTE.

Parágrafo Primeiro - A Associação das Pioneiras Sociais, por força do disposto no parágrafo 1º do artigo 9º do CTN, é responsável pela retenção na fonte dos tributos e contribuições e pela prática de todos os atos previstos em lei, que objetivam assegurar o cumprimento dessas obrigações tributárias e tem a responsabilidade pela retenção na fonte e recolhimento do imposto de renda sobre os rendimentos pagos a terceiros, pessoas físicas ou jurídicas, que lhe prestem serviços (artigo 647, Decreto 3000/99 -RIR); da CSLL/COFINS/PIS PASEP sobre serviços prestados por pessoas jurídicas (INSRF nº 459, de 18 de outubro de 2004); da contribuição previdenciária sobre a prestação de serviços executados mediante cessão de mão de obra ou empreitada (IN RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009); ressalvados os casos determinados em lei.

Parágrafo Segundo - Com fulcro no art. 6º da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, o Secretário de Estado de Fazenda do Distrito Federal, tendo em vista o disposto no § 4º, do artigo 8º e no artigo 170 do Decreto nº 25.508, de 19 de janeiro de 2005, através da Portaria nº 57, de 26 de abril de 2012 (DODF nº 84, de 27/4/2012) designou a ASSOCIAÇÃO DAS PIONEIRAS SOCIAIS, como substituta tributária do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, relativamente ao imposto incidente sobre os serviços a ela prestados, na condição de tomador, contratante, fonte pagadora ou intermediaria. Dessa forma haverá retenção na fonte do ISS incidente sobre os serviços constantes da lista anexa à Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003; ressalvados os casos determinados em lei.

> Área de Gestão de Contratos telefone: 61 3319 1275 e-mail: contratos@sarah.br SMHS Quadra 301 Bloco B nº 45 Edifício Pioneiras Sociais,

CEP: 70.335-901

Brasília DF







CLÁUSULA NONA VIGÊNCIA E PRAZO DE EXECUÇÃO

O presente Contrato vigorará a partir da data de assinatura pelo prazo de 6 (seis) meses, podendo o mesmo ser prorrogado, mediante a celebração de Termo Aditivo, desde que haja interesse mútuo para a sua efetivação nas condições estipuladas pelas Normas Gerais de Contratação da CONTRATANTE.

Parágrafo Único - O prazo de execução dos serviços é de 60 (sessenta) dias úteis, iniciando após a assinatura do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA **PENALIDADES**

Em caso de inexecução total, parcial, atrasos injustificados, execução imperfeita ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, a CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que couber, ficará sujeita às seguintes penalidades:

- a) advertência, por escrito;
- b) multa correspondente a 10% (dez por cento) sobre o somatório dos valores pagos nos últimos 03 (três) meses de faturamento, por evento de inexecução, atraso, execução imperfeita, inadimplemento ou infração;
- c) multa correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato, quando ficar caracterizada a recusa no cumprimento das obrigações, e ainda a consequente aplicação da alínea "d" desta cláusula.
 - d) suspensão do direito de transacionar com a CONTRATANTE;
 - e) caracterização de inidoneidade, a ser solicitada aos órgãos governamentais competentes.

Parágrafo Primeiro - As penas referidas serão propostas pela fiscalização da CONTRATANTE para deliberação da Diretoria da APS.

Parágrafo Segundo - A multa não tem caráter compensatório e, assim, o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas, se devidamente comprovadas.

Parágrafo Terceiro - Nenhum outro pagamento será feito à CONTRATADA, antes de quitada a multa que lhe tiver sido imposta.

Parágrafo Quarto – Os motivos que possam impedir a CONTRATADA de cumprir os prazos do Contrato deverão ser alegados tempestivamente, mediante requerimento protocolado, não sendo levadas em consideração quaisquer alegações baseadas em ocorrências não comunicadas, nem aceitas pela Fiscalização da CONTRATANTE, nas épocas oportunas.

> Área de Gestão de Contratos telefone: 61 3319 1275 e-mail: contratos@sarah.br SMHS Quadra 301 Bloco B nº 45 Edifício Pioneiras Sociais. CEP: 70,335-901 Brasília DF www.sarah.br







CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA RESCISÃO

Este Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades cabíveis, nos seguintes casos:

- a) Notória insolvência de qualquer das partes contratantes;
- b) Acordo entre as partes;
- c) Na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, conforme definido no Código Civil, que impeça o cumprimento dos termos deste Contrato, por mais de 180 (cento e oitenta) dias;
- d) Unilateralmente pela CONTRATANTE, sem qualquer indenização, desde que assegurado o contraditório e ampla defesa da CONTRATADA, nos seguintes termos:
 - A paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;
 - Negligência, imperícia e/ou imprudência; ii.
 - A dissolução da sociedade; iii.
 - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, bem como a sua associação com outrem, fusão, cisão ou incorporação, que prejudique ou inviabilize a execução do Contrato;
 - Razões de interesse administrativo da CONTRATANTE, mediante comunicação prévia de 30 (trinta) dias;
 - A subcontratação, a cessão ou transferência total do objeto contratual;
 - A subcontratação parcial do seu objeto, a cessão ou transferência parcial sem prévia vii. anuência da CONTRATANTE;
 - O inadimplemento da CONTRATADA, total ou parcial do objeto contratado, que não seja contornado após notificação prévia da CONTRATANTE; e
 - A ocorrência de falta grave.

Parágrafo Único - Em caso de rescisão, caberá à CONTRATADA apenas a remuneração referente aos serviços efetivamente prestados, até então não pagos pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA INEXISTÊNCIA DE VINCULAÇÃO TRABALHISTA

O presente instrumento não cria ou estabelece qualquer vínculo empregatício ou de qualquer natureza entre a CONTRATANTE e a mão de obra especializada que a CONTRATADA utilizar, direta ou indiretamente, ou designar para execução dos serviços contratados, correndo por conta exclusiva da

Area de Gestão de Contratos

telefone: 61 3319 1275 e-mail: contratos@sarah.br SMHS Quadra 301 Bloco B nº 45 Edifício Pioneiras Sociais,

CEP: 70.335-901

Brasília DF







CONTRATADA, única responsável como empregadora e contratante, todas as despesas, inclusive com relação aos encargos decorrentes da legislação vigente, seja trabalhista, previdenciária, securitária ou qualquer outra, obrigando-se ainda, esta, ao integral cumprimento das disposições legais e contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA **FISCALIZAÇÃO**

O acompanhamento da execução dos serviços será realizado pelas seguintes equipes da CONTRATANTE designadas abaixo:

a) Unidade da Rede SARAH Brasília- Centro:

- i) Assessoria Jurídica;
- ii) Área de Gestão de RH;
- ii) Área de Segurança do Trabalho Fiscalização das Normas Regulamentadoras;
- iii) Setor Administrativo Gestão Financeira; e
- iv) Setor de Pessoal Fiscalização dos Recolhimentos Trabalhistas e Previdenciários.

Parágrafo Primeiro - Será de responsabilidade das equipes de FISCALIZAÇÃO a prática de todos os atos próprios ao exercício desse mister, inclusive quanto à sugestão de aplicação de penalidades previstas neste Contrato, em especial a emissão de Pareceres Técnicos e Administrativos referentes ao desempenho qualitativo e quantitativo dos serviços prestados.

Parágrafo Segundo- A existência e atuação da Fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne aos serviços pactuados, à sua execução e às suas consequências e implicações, próximas ou remotas, perante a CONTRATANTE ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades na execução dos serviços não implica em corresponsabilidade da **CONTRATANTE** e seus prepostos.

Parágrafo Terceiro - A CONTRATADA declara antecipadamente aceitar os métodos e processos de inspeção, verificações, controle e aplicação de penalidades adotadas pela Fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, comunicações de que necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo Quarto - Caberá à fiscalização da CONTRATANTE rejeitar no total ou em parte, os serviços executados em desacordo com o objeto deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA **RESPONSABILIDADE**

A CONTRATADA – tomará as medidas preventivas necessárias para evitar danos a CONTRATANTE e a

Área de Gestão de Contratos telefone: 61 3319 1275 e-mail: contratos@sarah.br SMHS Quadra 301 Bloco B nº 45 Edifício Pioneiras Sociais, CEP: 70.335-901

Brasília DF







terceiros, em consequência da prestação de serviços ora avençada, sendo de sua exclusiva responsabilidade a obrigação de reparar prejuízos que vier a causar, quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas, desde que devidamente comprovada a sua culpa.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA será única, integral e exclusivamente responsável pelos danos de qualquer natureza que causar a CONTRATANTE ou a terceiros, provenientes da execução deste contrato, respondendo por si e por seus sucessores, ressalvados os danos resultantes de atos praticados pela própria CONTRATANTE e aqueles decorrentes de caso fortuito ou força maior.

Parágrafo Segundo - A CONTRATADA será também responsável por todos os ônus ou obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária, bem como por todas as despesas decorrentes da execução de eventuais trabalhos em horários diurno ou noturno, não se estabelecendo nenhum vínculo empregatício entre a CONTRATANTE e os funcionários utilizados pela CONTRATADA.

Parágrafo Terceiro - A tolerância relativamente ao descumprimento de qualquer das obrigações ora assumidas, não será considerada moratória, novação ou renúncia a qualquer direito, constituindo mera liberalidade, não impedindo à parte tolerante o direito de exigir da outra o fiel cumprimento deste contrato, a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA **ALTERAÇÕES**

Quaisquer alterações ou revisões nas obrigações estabelecidas neste Contrato deverão ser formalizadas mediante a lavratura de correspondente Termo Aditivo, resultante do consenso entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA **DISPOSIÇÕES GERAIS**

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA deverá manter preposto para orientar, coordenar, acompanhar, supervisionar, bem como resolver quaisquer questões pertinentes ao Contrato, para correção de situações adversas e atendimento imediato das reclamações e solicitações da CONTRATANTE, inclusive dos serviços, tudo no intuito de sua perfeita execução.

Parágrafo Segundo - É vedada a vinculação de publicidade ou qualquer tipo de propaganda ou referência comercial ao Contrato, inclusive a utilização de letreiro, estampa, cartaz, fôlder, adesivo e outros congêneres.

Parágrafo Terceiro - Este Contrato vinculará as Partes e seus respectivos sucessores e cessionários permitidos.

> telefone: 61 3319 1275 e-mail: contratos@sarah.br SMHS Quadra 301 Bloco B nº 45 Edifício Pioneiras Sociais, CEP: 70.335-901

Área de Gestão de Contratos

Brasília DF







Parágrafo Quarto – As partes não poderão ceder ou transferir quaisquer das obrigações ou direitos abrangidos pelo presente contrato sem o consentimento expresso e por escrito da outra parte.

Parágrafo Quinto — É expressamente proibido caucionar o presente título, a cessão de crédito e qualquer outra operação financeira envolvendo terceiros.

Parágrafo Sexto – Em caso de divergências na interpretação ou aplicação entre os termos e/ou condições do Contrato e os termos e/ou condições dos Anexos, prevalecerão, para todos os fins e efeitos de direito, os termos e/ou condições deste Contrato.

Parágrafo Sétimo – É vedado a **CONTRATADA** interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da **CONTRATANTE**, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA FORO

Fica, desde já, eleito o foro da cidade de Brasília/DF, como o competente para dirimir todas as dúvidas e questões oriundas deste ajuste, renunciando as partes de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o assinam.

	Brasília-DF,	de	de 2019.	
				_
	ASSOCIAÇÃO	DAS PIONE	RAS SOCIAIS	
- 17, 18 S				
ESTEMUNHAS:				
		2 <u>ª</u>		
	534. 			70
CPF:		CPF:		
Beitrão Advocacia		See See See See		

telefone: 61 3319 1275 e-mail: contratos@sarah.br SMHS Quadra 301 Bloco B nº 45 Edifício Pioneiras Sociais,

Área de Gestão de Contratos

CEP: 70.335-901 Brasília DF

ordonia Di







ANEXO I Termo de Referência

Área de Gestão de Contratos telefone: 61 3319 1275 e-mail: contratos@sarah.br SMHS Quadra 301 Bloco B nº 45 Edifício Pioneiras Sociais, CEP: 70.335-901 Brasília DF www.sarah.br







ANEXO III

DIRETRIZES DE SEGURANÇA DO TRABALHO ESTABELECIDAS PELA REDE SARAH

1 OBJETIVOS

- 1.1 Este documento tem por objetivo estabelecer critérios relacionados à segurança e saúde ocupacional, para execução de serviços referentes ao escopo contratual. Estes critérios foram definidos com base na legislação vigente, sobretudo as normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e normas internas aplicáveis à CONTRATANTE.
- 1.2 Estas exigências decorrem dos tipos de serviços e seus respectivos riscos, de modo a prevenir a ocorrência de desvios, incidentes e/ou acidentes para a proteção das pessoas, dos equipamentos e instalações do SARAH, da CONTRATADA e das comunidades circunvizinhas à área de influência da CONTRATANTE.

2 DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA E/OU COMPLEMENTARES

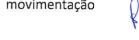
- 2.1 Além das exigências contidas neste documento, a CONTRATADA deve, quando aplicável. atender aos requisitos dos seguintes documentos:
 - a) Constituição federal em seus aspectos de segurança e saúde ocupacional;
 - b) Leis, decretos, portarias, instruções normativas e resoluções no âmbito federal, estadual e municipal;
 - c) Portaria nº. 3214 de 08/06/1978 do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e suas Normas Regulamentadoras (NR);
 - d) Procedimentos e normas da CONTRATANTE aplicáveis:
 - e) Normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas ABNT aplicáveis; e
- 2.2 É obrigação da CONTRATADA a verificação do requisito legal e norma técnica a ser aplicada a cada caso específico para as atividades a serem executadas, analisando eventuais modificações de requisitos legais e normas técnicas, e ainda a sua aplicabilidade.

3 CONDIÇÕES ESPECÍFICAS

- 3.1 A empresa contratada, de acordo com a NR 6 - Equipamento de proteção individual deve fornecer gratuitamente aos seus empregados os EPI necessários e adequados à execução dos serviços com segurança, bem como exigir o seu uso, substituí-los quando danificados ou extraviados. Todo EPI deve possuir CA - Certificado de Aprovação emitido pelo órgão competente.
- 3.1.1 As empresas subcontratadas também deverão atender às diretrizes desse documento.

3.4

- 4 SUBSTITUIÇÃO, DEMISSÃO OU INCLUSÃO DE NOVOS FUNCIONÁRIOS.
- 4.1 empresa CONTRATADA fica obrigada a informar toda movimentação



Área de Gestão de Contratos telefone: 61 3319 1275 e-mail: contratos@sarah.br SMHS Quadra 301 Bloco B nº 45 Edifício Pioneiras Sociais, CEP: 70.335-901

Brasília DF







(inclusão/substituição/exclusão) de empregados que prestam serviços nas dependências da CONTRATANTE:

Os funcionários da empresa CONTRATADA e subcontratada só poderão iniciar suas atividades após realizarem o treinamento de integração.

5 UNIFORME

- 5.1 Todos os profissionais envolvidos nas atividades devem estar uniformizados:
- 5.2 O empregado da CONTRATADA não deve utilizar uniforme danificado, devendo ser substituído imediatamente caso esteja fora de condições de uso;
- Além do uniforme, os profissionais devem portar crachá de identificação, caso contrário, não será permitida a permanência dos mesmos no local de trabalho ou execução de atividades.

6 COMUNICAÇÃO DE ACIDENTES E INCIDENTES

- 6.1 A empresa CONTRATADA deve comunicar imediatamente à empresa CONTRATANTE qualquer ocorrência anormal, com ou sem lesão, e impactos ambientais significativos.
- Em caso de acidente, a empresa CONTRATADA deverá comunicar ao INSS, através da emissão de CAT, no prazo estabelecido pelo Art. 22 da Lei Nº 8.213 - de 24 de julho de 1991, abaixo transcrito, e entregar cópia imediatamente a empresa contratante.

"LEI № 8.213 - DE 24 DE JULHO DE 1991 - Art. 22. A empresa ou o empregador doméstico deverão comunicar o acidente do trabalho à Previdência Social até o primeiro dia útil seguinte ao da ocorrência e, em caso de morte, de imediato, à autoridade competente, sob pena de multa variável entre o limite mínimo e o limite máximo do salário de contribuição, sucessivamente aumentada nas reincidências, aplicada e cobrada pela Previdência Social".









ANEXO IV Políticas e Práticas de *Compliance*

A **CONTRATADA**, seus agentes ou empregados deverão cumprir todas as leis, regulamentações e políticas que estejam em vigor no território brasileiro, que se apliquem às suas atividades sociais, bem como cumprir todas as obrigações do presente Contrato.

- 1.1. As **PARTES** e seus agentes ou empregados deverão observar leis, regulamentações e políticas que estejam em vigor no território brasileiro, instruções e regras emanadas por qualquer agência ou autoridade governamental, bem como todas as condições estabelecidas pela mencionada autoridade governamental. No caso de qualquer exigência regulatória, ordem final ou determinação de uma agência ou autoridade governamental, no território brasileiro, que interfira, substancialmente, na execução deste Contrato, de acordo com as suas disposições, as **PARTES** deverão negociar de boa-fé e firmar as avenças, alterações ou acordos necessários para substituir a disposição afetada por uma nova estrutura ou disposição contratual que produza um efeito econômico e comercial equivalente e, ainda, que seja consistente com os objetivos econômicos e comerciais pretendidos pelas **PARTES** com este Contrato.
- 1.1.1. Na hipótese de as **PARTES** não chegarem a um acordo para a alteração ou substituição das disposições afetas, nos termos no item 1.1 acima, as **PARTES** poderão rescindir amigavelmente o presente Contrato, obedecidas às demais disposições contratuais.
- 1.2. Qualquer obrigação estabelecida neste Contrato, que dependa de prévia autorização de autoridades regulatórias, deverá ser cumprida somente após a obtenção da mencionada autorização pela parte responsável por tal obrigação.
- 1.3. Sem prejuízo do disposto no *Caput* e itens 1.1. e 1.2. acima, a **CONTRATADA** declara, garante e aceita que, com relação a este Contrato, não haverá nenhuma solicitação, exigência, cobrança ou obtenção para si e para outrem de vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público ou empregado de paraestatal, conforme a definição da legislação vigente no território brasileiro, no exercício da função, restando expresso, ainda, que nenhuma taxa, dinheiro ou qualquer outro objeto de valor foi ou será pago, oferecido, doado ou prometido pela **CONTRATADA** ou qualquer de seus agentes ou empregados, direta ou indiretamente, a qualquer: (a) pessoa (física ou jurídica) que, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerça cargo, emprego ou função pública, em entidade paraestatal, que trabalhe para empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de atividade típica do Estado; (b) partido político ou autoridade partidária, qualquer candidato a cargo político; (c) qualquer representante que esteja atuando por ou em nome de qualquer entidade estatal, paraestatal, e/ou autarquias; ou (d) qualquer pessoa (física ou jurídica) que exerça cargo, emprego ou função em qualquer organização pública internacional (sendo cada um desses indivíduos descritos nos itens (a), (b), (c) e (d) uma "Autoridade Pública", com o intuito de:
- i) exercer influência indevida sobre qualquer Autoridade Pública, em sua capacidade oficial, societária ou comercial;
 - ii) induzir qualquer Autoridade Pública a realizar ou deixar de realizar qualquer ato, infringindo

Área de Gestão de Contratos telefone: 61 3319 1275 e-mail: contratos@sarah.br SMHS Quadra 301 Bloco B nº 45 Edifício Pioneiras Sociais.

CEP: 70.335-901

Brasília DF







as suas atribuições legais;

- iii) induzir, indevidamente, qualquer Autoridade Pública a usar de sua influência perante o governo para afetar ou influenciar qualquer ato ou decisão por parte de tal governo;
- iv) induzir, de forma indevida ou escusa, qualquer Autoridade Pública, direta ou indiretamente, a comprar os seus Produtos e/ou Serviços, ou fazer com que os seus Produtos e/ou Serviços sejam comprados, ou a tomar ou deixar de tomar qualquer outra providência referente aos negócios da CONTRATADA ou da CONTRATANTE, a fim de promover os negócios ou de outra forma ajudar indevidamente a CONTRATANTE;
 - v) obter qualquer vantagem indevida ou que seja contrária ao interesse público;
- vi) compensar instituições hospitalares e profissionais da área da saúde por interveniência na aquisição dos Produtos e/ou Serviços.
- 1.4. Qualquer relação de trabalho ou outro tipo de relação mantida pela CONTRATADA, seus agentes ou empregados, com Autoridade Pública (em regime de expediente integral ou meio período), inclusive funcionários públicos, conforme a definição da legislação vigente no território brasileiro, ou com empresas estatais, paraestatais ou outras organizações governamentais, deve cumprir, sob todos os aspectos, as leis e regulamentos pertinentes no território brasileiro.
- 1.5. A CONTRATADA, seus agentes ou empregados devem combater toda e qualquer iniciativa que seja contra a livre concorrência, especialmente, mas não se limitando, a iniciativas indutoras à formação de cartel.
- 1.6. A CONTRATADA declara ter lido, entendido e concordado em observar e contribuir, bem como fazer com seus agentes ou empregados observem e contribuam com as práticas comerciais e éticas para comercialização dos Produtos e/ou Serviços da CONTRATADA.
- 1.7. A CONTRATADA se compromete a estabelecer, de forma clara e precisa, os deveres e as obrigações de seus agentes e empregados em questões comerciais, para que estes estejam e atuem sempre em conformidade com as leis, normas vigentes e determinações do presente Contrato.
- 1.8. A CONTRATADA se compromete a capacitar seus agentes e/ou empregados envolvidos em questões comerciais, para que participem de treinamentos de práticas de compliance.









ANEXO V

Código de Conduta e Ética da Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação Associação das Pioneiras Sociais

RELACIONAMENTO COM PÚBLICO EXTERNO

Todos os parceiros externos da Rede SARAH devem ser tratados com imparcialidade. Isso vale para pacientes, fornecedores, prestadores de serviços, imprensa ou qualquer outra pessoa com os quais os colaboradores se relacionem no desempenho de suas funções.

Conflito de interesses

O conflito acontece quando o interesse pessoal de alguém entra em choque com os interesses institucionais. Isso pode ocorrer em situações que vão do uso do tempo de trabalho para fins pessoais até relações com fornecedores.

É estritamente proibido aos Colaboradores:

- a) negociar comercialmente com fornecedores de produtos e serviços sem a participação conjunta da Área de Recursos Materiais;
- b) receber qualquer vantagem ou remuneração de qualquer outra fonte de natureza retributiva, excetuados proventos de aposentadoria, pensão ou renda patrimonial;
- c) usar o tempo e recursos de trabalho para fins pessoais;
- d) emitir opinião pessoal para terceiros a respeito de fornecedores, produtos e servicos:
- e) promover serviços e produtos externos à Rede SARAH.

Relacionamento com fornecedores

O relacionamento com fornecedores deve ser estritamente profissional, transparente e ético, de acordo com as boas práticas de mercado. Deve respeitar as leis e as normas específicas, bem como estar de acordo com as Normas Gerais de Contratação aprovadas pelo Conselho de Administração da APS. Os contratos de prestação de serviços e compra de produtos devem seguir padrões éticos e com critérios técnicos e legais.

É proibido negociar, favorecer ou obter vantagem no processo de contratação de fornecedores nos quais cônjuges, parentes ou pessoas de relacionamento próximo sejam sócios, trabalhem em função de confiança ou ocupem cargo gerencial.

Não serão aceitas formas de violação às condutas éticas e legais. Para tanto, deve-se:

- a) dar total transparência aos processos de contratação e compras e obedecer estritamente às Normas Gerais de Contratação da APS;
- b) buscar a mediação da Área de Recursos Materiais para qualquer contato com fornecedores de materiais e serviços;
- c) adquirir apenas produtos e serviços que tenham garantia de origem legal;

Área de Gestão de Contratos telefone: 61 3319 1275 e-mail: contratos@sarah.br SMHS Quadra 301 Bloco B nº 45 Edifício Pioneiras Sociais. CEP: 70.335-901 Brasília DF www.sarah.br







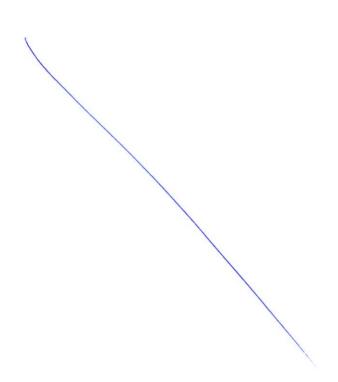


- d) rejeitar e denunciar qualquer oferta de vantagem indevida, tais como brindes, presentes, viagens, suborno ou propina;
- e) não aceitar bônus ou recompensa oferecido por fornecedores;
- f) comunicar às áreas de gestão da Rede SARAH convites para eventos oferecidos por fornecedores ou empresas do setor privado.

Prevenção e Combate à Corrupção

A Rede SARAH não tolera conduta antiética ou qualquer forma de suborno ou corrupção praticada por seus representantes legais, prestadores de serviço, colaboradores ou prepostos, tendo como alvo agentes públicos ou funcionários de empresas privadas, independente do valor envolvido.

Tais condutas podem ser punidas nos termos do Código Penal Brasileiro, da Lei de Improbidade e da Lei 12.846/2013, conhecida como "Lei Brasileira Anticorrupção", que penaliza atos ilícitos, entre outras infrações, estabelecendo multas e sanções administrativas.





telefone: 61 3319 1275 e-mail: contratos@sarah.br SMHS Quadra 301 Bloco B nº 45 Edifício Pioneiras Sociais, CEP: 70.335-901

Área de Gestão de Contratos

Brasília DF





0	A		A	Ħ
0	н	n	A	1

Anexo VI			
Proposta Comercial da CONTRATADA nº	. de	1	/2019



Área de Gestão de Contratos

telefone: 61 3319 1275 e-mail: contratos@sarah.br SMHS Quadra 301 Bloco B nº 45 Edifício Pioneiras Sociais, CEP: 70.335-901 Brasília DF





